

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

BRUNO SCORTEGAGNA

**A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA INGLÊS SEM FRONTEIRAS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

PORTO ALEGRE

2013

BRUNO SCORTEGAGNA

**A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA INGLÊS SEM FRONTEIRAS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Monografia apresentada ao Instituto de
Letras da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito parcial
para conclusão do curso de Licenciatura
em Letras.

Prof.^a Dr.^a Simone Sarmento
Orientadora

PORTO ALEGRE
2013

AGRADECIMENTOS

ao Jair e à Fátima, por me ensinarem o mais precioso conhecimento que possuo, que a vida é cheia de desafios e que devemos sempre estar do lado da família;
ao Rafael, por me apoiar em momentos que preciso de um irmão;
ao Cássio e à minha família número dois, por estarem sempre comigo e compreender minhas loucuras;
ao Bruno e à Letícia, por serem meu grandes colegas de UFRGS;
a todos os meus outros amigos, por me ouvirem;
à Luciene, por me ensinar que para ser grande é preciso ter calma;
à Margarete, por ter me dado o meu primeiro puxão de orelha profissional;
e
à minha orientadora, Simone, por me ensinar com maestria que as coisas podem ser feitas de um jeito diferente e darem certo.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso busca descrever o processo de implementação do programa Inglês sem Fronteiras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O objetivo é demonstrar que esse processo se dá de maneira complexa e existem vários fatores que implicam na modificação do plano original. Para tal, utilizou-se a abordagem do ciclo de políticas públicas (Policy Cycle Approach) proposto por Ball (1992, 1994a). O ciclo é composto por cinco contextos interligados, sem linearidade ou temporalidade (o contexto de influência, o contexto da produção de texto, o contexto de prática, o contexto dos resultados/efeitos e o contexto de estratégia política). Neste trabalho o contexto de prática foi privilegiado, pois a análise realizada utilizou dados do programa em um dos seus contextos de uso, a UFRGS. Para tal, as atividades do Inglês sem Fronteiras na UFRGS até o presente momento foram analisadas e descritas. Ainda foi feita uma entrevista com duas professoras bolsistas do programa a fim de verificar sua percepção sobre a implementação do programa na UFRGS. Ao fim do trabalho percebeu-se que o Inglês sem Fronteiras teve especificidades na implementação local, assim como previsto pela abordagem do ciclo de políticas públicas.

Palavras-chave: Inglês sem Fronteiras, Ciclo de Políticas Públicas, UFRGS

ABSTRACT

This paper seeks to describe the process of implementing the program English without Borders at the Federal University of Rio Grande do Sul. The objective is to demonstrate that this process occurs in a complex way and there are several factors that imply the modification of the original plan. This way, I used the Policy Cycle Approach, proposed by Ball (1992 , 1994a) . The cycle consists of five interconnected contexts without linearity or temporality (the context of influence, the context of text production, the context of practice , the context of results/effects and the context of political strategy) contexts . In this study the context of practice was privileged because the analysis used data from the program in one of its contexts of use, UFRGS . For this, the activities performed at UFRGS related to the English without Borders were described and analyzed. Furthermore, an interview was conducted with two teachers, Fellows of the program, in order to ascertain their perceptions of program implementation at UFRGS . By the end of the research I noticed that the English without Borders had its local specificities in implementation process, as already predicted by the Policy Cycle Approach.

Key words: English without Borders, Policy Cycle Approach, UFRGS

LISTA DE SIGLAS

COMGRAD	Comissão de Graduação
CsF	Ciência sem Fronteiras
DOU	Diário Oficial da União
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IELTS	International English Language Test System
IES	Instituições de Ensino Superior
IsF	Inglês sem Fronteiras
MEC	Ministério da Educação
MEO	My English Online
NucLi	Núcleo de Línguas
PET	Programa de Educação Tutorial
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RELINTER	Secretaria de Relações Internacionais
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
TOEFL IBT	Test of English as a Foreign Language Internet Based Test
TOEFL ITP	Test of English as a Foreign Language Institutional Testing Program
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

Figura 1 – Os seis níveis de proficiência linguística	19
Gráfico 1 – Evolução das universidades federais	12
Quadro 1 – Número de bolsas CsF	15
Quadro 2 – Nível B2 (compreensão, fala e escrita)	21
Quadro 3 – Nível B2 (alcance, precisão, fluência, interação e coerência)	21
Quadro 4 – Cursos IsF UFRGS	28

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NO BRASIL	11
3 OS PROGRAMAS “CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS” E “INGLÊS SEM FRONTEIRAS”	15
3.1 Ciência Sem Fronteiras	15
3.2 Inglês Sem Fronteiras	18
4 QUADRO EUROPEU COMUM DE REFERÊNCIA PARA LÍNGUAS	19
4.1 Os seis níveis de proficiência linguística	19
4.2 O nível B2	20
5 O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	22
6 A IMPLEMENTAÇÃO DO “INGLÊS SEM FRONTEIRAS” NA UFRGS	24
6.1 O Contexto de Prática	24
6.2 O IsF na UFRGS	24
6.3 Os cursos	25
6.3.1 Linha 1	25
6.3.2 Linha 2	26
6.3.3 Linha 3	27
6.4 As atividades de acompanhamento	29
6.5 Os professores do NuLi UFRGS	29
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o Brasil tem investido fortemente em políticas públicas em diversas áreas (saúde, educação, cultura, etc.). Entre várias, destaca-se o programa “Ciência sem Fronteiras” (CsF), no âmbito educacional. Esse programa busca “desenvolver a mobilidade internacional de estudantes e profissionais brasileiros” (Disponível em: <www.cienciasemfronteiras.gov.br> - acesso 09/09/013). Porém, como a busca por universidades portuguesas estava se tornando muito grande, o Ministro da Educação, Aloísio Mercadante, declarou que essas universidades não fariam mais parte da lista de instituições do programa CsF. A justificativa foi de que deve haver um incentivo para a aprendizagem de outras línguas pelos estudantes. Mercadante frisou ainda que a língua inglesa é uma das prioridades do programa.

Paralelamente, no dia 18 de dezembro de 2012, foi publicada uma portaria instituindo o programa “Inglês sem Fronteiras” (IsF) (Diário Oficial da União, 2012). O objetivo principal do ISF é incentivar o ensino e aprendizado de inglês de forma a provocar uma mudança no ensino de idiomas estrangeiros no país. O programa é direcionado principalmente para as universidades federais. Há também incentivos para todas as universidades brasileiras, visto que o governo federal investiu na compra de testes de proficiência (TOEFL ITP) que estão sendo oferecidos gratuitamente para todos os interessados no CsF. Além disso, o ISF visa proporcionar cursos preparatórios para exames de proficiência em língua inglesa e realizar a aplicação dos mesmos.

A partir disso, a ideia deste trabalho é analisar o processo de implementação do programa IsF na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Isso será feito, principalmente, através da abordagem do ciclo de políticas (Policy Cycle Approach), proposto por Stephen Ball (1992). O autor propôs um ciclo contínuo composto por três contextos: o de influência, o de produção e o da prática. Cada um deles é visto como uma parte do processo de implementação de uma política, sendo eles não lineares/sequenciais. Posteriormente foram acrescentados mais dois contextos à teoria – o contexto dos resultados/efeitos e o contexto de estratégia¹.

Esse trabalho constitui-se em cinco capítulos principais, cada um abordando diferentes aspectos relacionados à implementação do IsF na UFRGS. O capítulo dois – políticas públicas educacionais de nível superior no Brasil – procura descrever algumas

¹ Mais detalhes sobre a abordagem do ciclo de políticas serão tratados no capítulo (X).

políticas públicas instituídas no Brasil nos últimos anos. O capítulo três descreve os programas CsF e IsF preocupando-se com diversos aspectos, tal como objetivos, áreas contempladas, público alvo, acordos, perfil do aluno, benefícios, etc.. O capítulo quatro faz uma breve explanação sobre o quadro comum europeu de referência para línguas e descreve de forma mais detalhada o nível B2, nível esse exigido na maioria das universidades internacionais. O capítulo cinco descreve de forma detalhada a abordagem do ciclo de políticas. O capítulo seis – a implementação do IsF na UFRGS – é o principal momento do trabalho, pois mescla teoria e prática de forma a descrever o programa em sua implantação na UFRGS.

Esse trabalho de conclusão de curso justifica-se pelo fato de colaborar intensamente com a geração de dados sobre uma política pública brasileira que está sendo implementada no país, em diversas universidades federais. Além disso, pode servir como aporte para trabalhos futuros e pode contribuir de forma direta para a teoria do ciclo de políticas públicas.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NO BRASIL

Nesta sessão irei descrever brevemente algumas políticas públicas brasileiras voltadas à educação de nível superior de modo a demonstrar a sua importância, como o Brasil as vem desenvolvendo e, principalmente, porque “apesar de diversas pesquisas restringirem-se à problemas específicos, há um todo” (Ball, 2006), ou seja há um contexto social mais amplo onde a política pública se insere e interage com outras.

Nos últimos anos houve uma grande intensificação em ações e programas desenvolvidos, pelo Ministério da Educação. Em relação ao ensino superior, há uma extensiva lista de programas para o incentivo da realização de um curso superior. Cada vez mais o jovem brasileiro busca a concretização deste objetivo a fim de criar melhores condições para o seu desenvolvimento profissional.

Um dos grandes expoentes é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)

“que busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior. A meta é dobrar o número de alunos nos cursos de graduação em dez anos, a partir de 2008, e permitir o ingresso de 680 mil alunos a mais nos cursos de graduação” (MEC, 2013)².

Esse programa já proporcionou grandes mudanças na educação superior do país. Em 2003 houve uma expansão dos campi das universidades federais e com isso o número de municípios atendidos foi de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011 (MEC, 2013)³. Além disso, foram criadas 14 novas universidades ao longo desses anos, conforme demonstra o gráfico abaixo:

² Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&ativo=503&Itemid=502 – acesso em 09/09/2013.

³ Disponível em:

http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81 - acesso em 09/09/2013.

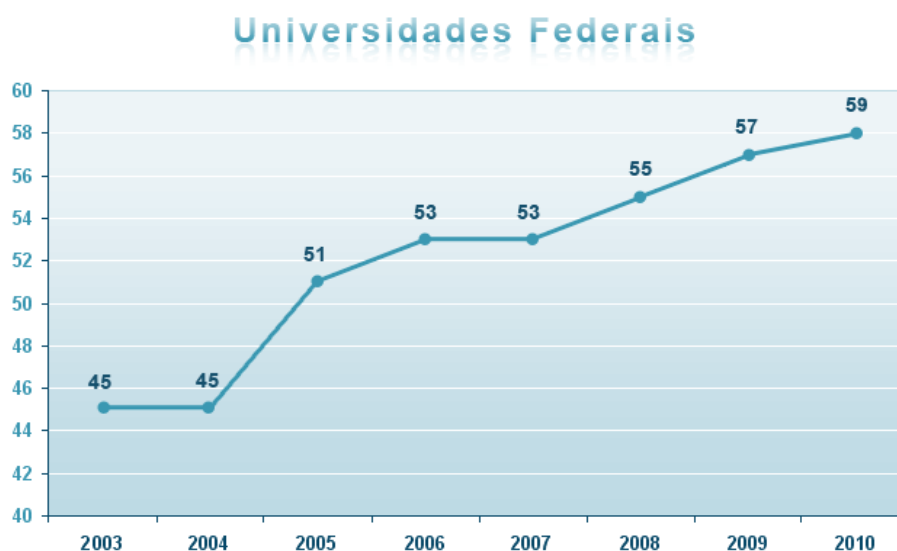


Gráfico 2 – Evolução das universidades federais

FONTE: MEC, 2013⁴

Outro programa de ordem nacional é o Programa Universidade para Todos (ProUni), que

“foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos” (MEC, 2013)⁵.

Ou seja, além de haver um incentivo para a ampliação e criação de universidades federais, há também um grande incentivo para as universidades privadas do país e, principalmente, para indivíduos com renda familiar *per capita* máxima de três salários mínimos que consigam uma vaga em uma universidade privada. O ProUni já atendeu,

⁴ Disponível em:

<http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81> - acesso em 09/09/2013.

⁵ Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=205&ativo=299&Itemid=298> - acesso em 09/09/2013

desde sua criação até o processo seletivo do primeiro semestre de 2013, mais de 1,2 milhão de estudantes, sendo 68% com bolsas integrais (MEC, 2013)⁶.

Além disso, o Programa oferece incentivo à permanência dos estudantes nas instituições através da Bolsa Permanência, dos convênios de estágio MEC/CAIXA e MEC/FEBRABAN e ainda do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa.

Outro programa importante é o Programa de Educação Tutorial (PET) que

“conta com 779 grupos distribuídos entre 114 Instituições de Ensino Superior distribuídas entre as diferentes áreas do conhecimento e as diversas regiões geográficas do país. De acordo com o estabelecido na Lei nº 11.180/2005, e regulamentado na Portaria MEC 976 de 27 de julho de 2010, o PET é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação das Instituições de Ensino Superior do país, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (MEC, 2013)⁷.

Ou seja, o PET desenvolve as universidades de forma bastante ampla, pois conta com muitos projetos desenvolvidos dentro dos grupos que contemplam pesquisa, ensino e extensão não de uma forma isolada, mas sim de forma integrada.

“O Programa constitui-se, portanto em uma modalidade de investimento acadêmico em cursos de graduação que tem sérios compromissos epistemológicos, pedagógicos, éticos e sociais. Com uma concepção baseada nos moldes de grupos tutoriais de aprendizagem e orientado pelo objetivo de formar globalmente o aluno, o PET, não visa apenas proporcionar aos bolsistas e aos alunos do curso uma gama nova e diversificada de conhecimento acadêmico, mas assume a responsabilidade

⁶ Disponível em:

<http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140> - acesso em 09/09/2013

⁷ Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12223&ativo=481&Itemid=480> - acesso em 09/09/2013.

de contribuir para sua melhor qualificação como pessoa humana e como membro da sociedade (MEC, 2006)”.

Além de todas essas políticas públicas vinculadas à educação superior, há diversas outras em andamento, tanto na educação superior como na básica, na técnica, etc. Optei por descrever essas, pois são políticas que têm funcionado bem e, de maneira prática, são mais relevantes para o escopo deste projeto. Com todas essas políticas públicas em andamento, talvez seja natural assumir que em certo momento haveria um grande movimento para a internacionalização da educação superior do país, como são exemplos os programas CsF e IsF, que abarcam feitos relevantes na educação brasileira.

3 OS PROGRAMAS “CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS” E “INGLÊS SEM FRONTEIRAS”

3.1 Ciência sem Fronteiras

O programa CsF é uma iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério da Educação que tem como principal objetivo “promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional” (Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>> - acesso 01/09/2013). O programa foi instituído no dia 13 de dezembro de 2011 com o decreto 7642 e conta com a distribuição de 101 mil bolsas em um período de quatro anos, sendo 75 mil financiadas pelo governo federal e outras 26 mil pela iniciativa privada.

A meta de distribuição de bolsas é a seguinte:

MODALIDADE	Nº DE BOLSAS
Doutorado sanduíche	15.000
Doutorado Pleno	4.500
Pós-doutorado	6.440
Graduação Sanduíche	64.000
Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior	7.060
Atração de Jovens Talentos (no Brasil)	2.000
Pesquisador Visitante Especial (no Brasil)	2.000
Total	101.000

Quadro 5 – Número de bolsas CsF

(<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/metas> - acesso 01/09/2013)

Em relação às áreas do conhecimento contempladas, no dia 9 de janeiro de 2013 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) uma portaria interministerial que as define:

- a. Engenharias e demais áreas tecnológicas;
- b. Ciências Exatas e da Terra;
- c. Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde;
- d. Computação e Tecnologias da Informação;
- e. Tecnologia Aeroespacial;
- f. Fármacos;
- g. Produção Agrícola Sustentável;
- h. Petróleo, Gás e Carvão Mineral;
- i. Energias Renováveis;
- j. Tecnologia Mineral;
- k. Biotecnologia;
- l. Nanotecnologia e Novos Materiais;
- m. Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais;
- n. Biodiversidade e Bioprospecção;
- o. Ciências do Mar;
- p. Indústria Criativa, voltados a projetos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação;
- q. Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva;
- r. Formação de Tecnólogos, nas áreas e temas listados nos itens anteriores.

Sendo o estudante parte de alguma dessas áreas temáticas, poderá se candidatar a uma bolsa de estudos. No momento, já há convênio com vinte e sete países: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, China, Cingapura, Coreia do Sul, Dinamarca, Estados Unidos, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Índia, Irlanda, Itália, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Rússia, Suécia e Ucrânia.

Os critérios para a seleção variam de universidade para universidade, porém há critérios já pré-estabelecidos pelo CsF, que são mais de cunho burocrático (nacionalidade, porcentagem de conclusão do curso, etc.). Os critérios para seleção dos alunos, em relação à excelência acadêmica, são definidos pelas Universidades. A

UFRGS, por exemplo, publica um edital complementar às chamadas públicas do CsF e ali descreve critérios específicos de seleção, tal como os cursos elegíveis, os requisitos (os já estabelecidos pelo CsF e mais alguns considerados relevantes para a Universidade), documentos necessários, calendários, etc. Um aspecto importante de salientar é que na UFRGS as seleções são feitas através das Comissões de Graduação (COMGRADs) – que definem os critérios de excelência do aluno. Após a inscrição dos mesmos na Secretaria de Relações Internacionais (RELINTER), os documentos são enviados às respectivas COMGRADs para avaliação. Além disso, o aluno deverá realizar sua candidatura no sistema do CsF federal.

Os benefícios oferecidos são diferentes para cada nível de contemplação. Para um bolsista de graduação que vá realizar graduação sanduíche em algum país da Europa, receberá: uma bolsa mensal de 870 euros, mais 1080 euros para realização de seguro anual, 1300 euros de auxílio instalação e 1000 euros de auxílio material didático. Já um estudante que vá realizar doutorado pleno, também na Europa, receberá: uma bolsa mensal de 1300 euros, acréscimo de 200 euros por dependente (max. 2), 1080 euros para realização de seguro saúde anual (há adicionais por dependente, se for o caso), 1300 euros de auxílio instalação (há adicionais por dependente, se for o caso).

Em relação à proficiência na língua estrangeira, há critérios diferentes para cada país ou universidade escolhida. Em geral é exigido o nível B2 da língua do país de destino (de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas) (Conselho da Europa, 2001), porém, há muitas situações que o aluno deve comprovar proficiência apenas no idioma inglês, como é o caso dos estudantes que optam por estudar na China, por exemplo. Isso acontece, porque em muitas universidades, diversas disciplinas são ministradas em língua inglesa, principalmente nos programas de pós-graduação. Por isso a importância de criar um programa como o IsF; ele possibilita uma gama de possibilidades muito maior para os estudantes brasileiros que tenham intenção de estudar fora do país – as chances do acadêmico brasileiro conseguir uma vaga para estudar no exterior aumentam significativamente; e, além disso, o programa fomenta o desenvolvimento da língua inglesa no país. .

3.2 Inglês sem Fronteiras

O programa IsF é uma iniciativa do Ministério da Educação e foi instituído no dia 18 de dezembro de 2012 com a publicação da portaria 1466 no DOU atendendo a uma demanda do programa CsF de que os alunos aprendam inglês para poder ingressar em universidades internacionais. O objetivo do programa é “incentivar o aprendizado do idioma inglês, bem como propiciar uma mudança abrangente e estruturante no ensino de idiomas estrangeiros nas universidades do País como um todo” (<http://isf.mec.gov.br/leiamais.html> - acesso em 01/09/2013). Um ponto importante a ressaltar é que um dos grandes objetivos específicos do programa é oferecer um aperfeiçoamento em língua inglesa para que os alunos obtenham sucesso em diferentes testes de proficiência em língua inglesa.

O programa oferece três diferentes módulos de ensino de inglês;

- 1) O módulo de ensino de inglês online – My English Online (MEO): é um curso de inglês online elaborado pelo National Geographic Learning em parceria com a CENGAGE Learning para estudantes de graduação e pós-graduação de universidades federais e particulares. No início, foram concedidas dois milhões de vagas e a meta futura é de disponibilizar mais três milhões e que estudantes do nível médio também possam realizar o curso MEO.
- 2) O módulo de diagnóstico do nível de proficiência no idioma inglês: a ideia é realizar 500 mil testes de proficiência em língua inglesa a fim de levantar um diagnóstico dos estudantes brasileiros. O teste aplicado é o TOEFL ITP.
- 3) O módulo de ensino presencial: após o módulo de diagnóstico, se criarão nas Núcleos de Línguas (NucLi) que ofereçam cursos (preparatórios) para a realização de testes de proficiência. Em um momento inicial, em torno de vinte mil alunos serão atendidos.

4 QUADRO EUROPEU COMUM DE REFERÊNCIA PARA LÍNGUAS

Considero relevante descrever brevemente o quadro europeu comum de referência para línguas, pois um dos grandes objetivos do IsF é preparar os alunos para realizarem testes de proficiência em língua inglesa e o nível exigido na maioria das universidades internacionais é descrito conforme esse Quadro.

O quadro foi publicado pelo Conselho Europeu em um longo documento dividido em nove capítulos que compreendem, majoritariamente, três grandes áreas: aprendizado, ensino e avaliação. Para os interesses deste trabalho, descreverei somente alguns aspectos do capítulo três – níveis comuns de referência⁸.

4.1 Os seis níveis de proficiência linguística

Os seis níveis propostos pelo quadro, são uma espécie de subdivisão dos níveis iniciante, intermediário e avançado que se dispõem nos níveis A (A1 e A2), B (B1 e B2) e C (C1 e C2), respectivamente:

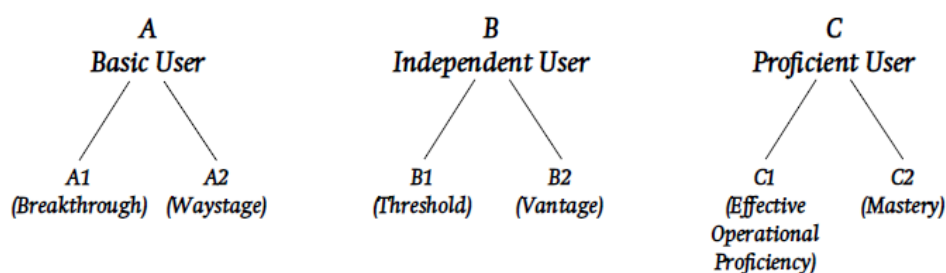


Figura 2 – Os seis níveis de proficiência linguística

O nível A refere-se ao usuário básico que consegue entender palavras familiares, expressões frequentemente usadas e em nível básico consegue comunicar-se a nível de rotina (informações básicas de direção, por exemplo). Esse usuário não consegue estabelecer um diálogo concreto. Apesar de haver uma diferença considerável entre os níveis B1 e B2, o nível B – usuário independente – consegue estabelecer diálogos, sabe

⁸ O documento completo pode ser acessado em: http://www.coe.int/t/dg4/linguistic/Cadre1_en.asp

utilizar a língua adequadamente em sua área de estudos, consegue se comunicar adequadamente e com um grau de fluência suficiente para atingir seus objetivos. O nível C (usuário proficiente) pode compreender tudo o que ouve ou lê, sem dificuldades; e consegue expressar-se de maneira proficiente e precisa.

4.2 O nível B2

Sendo o nível B2 o padrão exigido pela maioria das universidades internacionais, optei por realizar uma descrição mais detalhada deste nível. Em geral, o usuário de nível B2

“É capaz de compreender as ideias principais em textos complexos sobre assuntos concretos e abstractos, incluindo discussões técnicas na sua área de especialidade. É capaz de comunicar com um certo grau de espontaneidade e de à-vontade com falantes nativos, sem que haja tensão de parte a parte. É capaz de exprimir-se de modo claro e pormenorizado sobre uma grande variedade de temas e explicar um ponto de vista sobre um tema da actualidade, expondo as vantagens e os inconvenientes de várias possibilidades.” (Conselho da Europa, 2001, pg. 49) .

A seguir apresento dois quadros que descrevem de forma mais clara as habilidades do usuário de língua nível B2. A primeira tabela descreve os seguintes aspectos de auto-avaliação: compreensão oral, leitura, interação oral, produção oral e escrita. A segunda destaca aspectos de alcance linguístico, precisão, fluência, interação e coerência.

		NÍVEL B2
COMPREENSÃO	Compreensão oral	Sou capaz de compreender exposições longas e palestras e até seguir partes mais complexas da argumentação, desde que o tema me seja relativamente familiar. Consigo compreender a maior parte dos noticiários e outros programas informativos na televisão. Sou capaz de compreender a maior parte dos filmes, desde que seja utilizada a língua-padrão.
	Leitura	Sou capaz de ler artigos e reportagens sobre assuntos contemporâneos em relação aos quais os autores adoptam determinadas atitudes ou pontos de vista particulares. Sou capaz de compreender textos literários contemporâneos em prosa.
FALA	Interação oral	Sou capaz de conversar com a fluência e espontaneidade suficientes

		para tornar possível a interacção normal com falantes nativos. Posso tomar parte activa numa discussão que tenha lugar em contextos conhecidos, apresentando e defendendo os meus pontos de vista.
	Produção oral	Sou capaz de me exprimir de forma clara e detalhada sobre uma vasta gama de assuntos relacionados com os meus centros de interesse. Sou capaz de explicar um ponto de vista sobre um dado assunto, apresentando as vantagens e desvantagens de diferentes opções.
ESCRITA	Escrita	Sou capaz de escrever um texto claro e pormenorizado sobre uma vasta gama de assuntos relacionados com os meus centros de interesse. Sou capaz de redigir um texto expositivo ou um relatório, transmitindo informação ou apresentando razões a favor ou contra um determinado ponto de vista. Consigo escrever cartas evidenciando o significado que determinados acontecimentos ou experiências têm para mim.

Quadro 6 – Nível B2 (compreensão, fala e escrita)

	ALCANCE	PRECISÃO	FLUÊNCIA	INTERAÇÃO	COERÊNCIA
NÍVEL B2	Tem uma gama de linguagem que lhe permite Produzir descrições claras, exprimir pontos de vista sobre tópicos de âmbito geral, sem busca visível de palavras, usando algumas frases complexas para o fazer.	Demonstra um nível relativamente elevado de controlo gramatical. Não comete erros que provoquem mal-entendidos e é capaz de corrigir a maior parte dos seus erros.	É capaz de produzir porções de discurso a um ritmo bastante regular, embora possa mostrar-se hesitante no momento de procurar fórmulas ou expressões. Existem poucas pausas longas detectáveis.	É capaz de iniciar um discurso, tomar a sua vez quando apropriado e acabar uma conversa quando precisa, embora possa nem sempre o fazer de modo elegante. Pode contribuir para uma discussão a nível familiar confirmando compreensão, convidando outros a participar.	É capaz de usar um número limitado de dispositivos coesivos para ligar os seus enunciados, criando um discurso claro, coerente, embora possa revelar alguns ‘saltos’ numa contribuição longa.

Quadro 7 – Nível B2 (alcance, precisão, fluência, interação e coerência)

5 O CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O ciclo de políticas públicas é uma abordagem teórico-analítica proposta por Ball (1992, 1994A) na década de 90 que visa à análise crítica da trajetória de uma política pública, de sua formulação até seus resultados (Mainardes, 2006). Essa teoria sugere um modelo analítico que possui cinco contextos distintos nas políticas educacionais: **o contexto de influência, o contexto da produção de texto, o contexto da prática, o contexto dos resultados/efeitos e o contexto de estratégia política.** Cada um deles é relacionado com o outro, não havendo temporalidade ou linearidade.

O **contexto de influência** representa “onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos” (*ibid*). Ou seja, é nesse “momento” que a política é definida e há um grande jogo de vozes, autoridade e influências para a definição de importantes conceitos a serem desenvolvidos (como o que é Educação, quais os objetivos da política pública, etc.). Portanto, talvez esse contexto seja um dos mais difíceis de ser analisado, pois ele ocorre, em geral, em discussões governamentais sigilosas.

O **contexto da produção de texto** é diretamente vinculado ao conceito de política como texto (Ball, 1993a *apud* Mainardes, 2006). Ou seja, as políticas são vistas como *representações* que são codificadas de maneiras complexas. Esse contexto pode ser representado através de pronunciamentos, textos oficiais, vídeos, etc. Muitas vezes esses contextos não são claros e estruturados, pois há o contexto de influência que, de certa maneira, emerge aqui, trazendo consigo as instabilidades existentes.

O **contexto de prática** é o momento de interpretação da política pelos atores. Neste “momento” a política “está sujeita à interpretação e recriação; é onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original” (Mainardes, 2006). Ou seja, a política irá se adequar ao contexto que está inserida, respeitando a necessidade/demanda do local. Tomando o programa IsF como exemplo, podemos perceber que, por exemplo, a modulação adotada na UFRGS pode ser diferente da modulação proposta pela UFMG; tudo depende das necessidades de cada Universidade. É possível perceber o contexto de prática aparecendo, pois, se pensarmos nos cursos oferecidos, há de se levar em conta os estudos realizados nessas IES, linhas de pesquisa dos professores coordenadores do programa, etc.; cada uma das instituições irá adequar o programa aos seus preceitos e necessidades.

O **contexto de resultados/efeitos** preocupa-se com questões de justiça, igualdade e liberdade individual e ainda há a perspectiva de que a política tem efeitos, em vez de simplesmente resultados. Nesse contexto, portanto, a análise de uma política pública deve envolver o exame “(a) das várias facetas e dimensões de uma política e suas implicações (por exemplo, a análise das mudanças e do impacto em/sobre currículo, pedagogia, avaliação e organização) e (b) das interfaces da política com outras políticas setoriais e com o conjunto das políticas” (*ibid*). Além disso, Ball (1994a *apud* Mainardes, 2006) sugere que a política pública tem efeitos de primeira e segunda ordem.

Os efeitos de primeira ordem referem-se a mudanças na prática ou na estrutura e são evidentes em lugares específicos ou no sistema como um todo. Os efeitos de segunda ordem referem-se ao impacto dessas mudanças nos padrões de acesso social, oportunidade e justiça social (*ibid*).

O **contexto de estratégia política** envolve a identificação do que seria necessário para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada. Esse contexto é muito importante visto que vai, de certa maneira, para além de uma política pública individual e volta a se preocupar com o todo.

6 A IMPLEMENTAÇÃO DO “INGLÊS SEM FRONTEIRAS” NA UFRGS

6.1 O contexto de prática

Esta sessão irá explorar o contexto de prática do ciclo de políticas públicas e está dividida em três partes. A primeira descreve a estrutura geral do IsF na UFRGS, a segunda detalha os cursos oferecidos no NuLi da UFRGS e a terceira relata o que foi realizado de agosto até novembro deste ano. As informações desta parte foram retiradas majoritariamente do projeto da UFRGS enviado ao MEC com a proposta de adesão do IsF na UFRGS (UFRGS, 2013).

6.2 O IsF na UFRGS

O projeto do IsF na UFRGS visa “incrementar a elegibilidade dos alunos da UFRGS ao programa CsF, a partir do desenvolvimento em língua inglesa”. Especificamente, o projeto busca desenvolver habilidades comunicativas (leitura, escrita, fala e compreensão oral) dos alunos, a fim de que obtenham sucesso em testes de proficiência em inglês (tais como TOEFL ITP, TOEFL IBT e IELTS). Além disso, busca-se oferecer aos alunos um conhecimento que propicie práticas letradas que visem “educação cidadã e integrada à sociedade globalizada”.

O projeto conta com duas modalidades de ensino – o presencial e a distância (através do sistema My English Online e Moodle). O programa prevê novecentas vagas para alunos (provenientes de cursos elegíveis ao CsF, vide capítulo 3, sessão 3.1), vinte professores, dois coordenadores pedagógicos e um coordenador institucional. Além disso, o programa conta com cinco estagiários administrativos que são responsáveis por questões burocráticas do programa (tal como organização de horários e salas).

Em relação à infraestrutura, o Instituto de Letras da UFRGS cedeu uma sala de uso fixo do programa e em torno de quinze outras salas para ministrar as aulas em dois campi da universidade (Campus Central e Campus do Vale). Além disso, estão à

disposição do programa, seis salas equipadas com computadores e equipamento multimídia.

6.3 Os cursos

Na UFRGS, o NucLi segue três linhas diferentes de cursos: a primeira conta com um curso de inglês geral com enfoque comunicativo, a segunda adere três cursos de inglês para fins específicos, orientados à preparação para os exames de proficiência exigidos pelo CsF; e a terceira linha engloba dois cursos de inglês para fins específicos, orientados às necessidades acadêmicas dos candidatos do programa. Abaixo segue uma descrição detalhada de cada curso:

6.3.1 Linha 1

Curso 1 - Inglês geral com enfoque comunicativo (nível B1 e B2)

Este curso destina-se, prioritariamente, a alunos que estejam no nível B1 do quadro europeu comum de referência para línguas. Para tal, as aulas são focadas em inglês geral, valorizando o desenvolvimento das quatro habilidades comunicativas (ler, escrever, ouvir e falar), habilidades essas que são exigidas em exames de proficiência. O curso ainda pretende um considerável aumento no léxico e repertório linguístico dos estudantes.

Neste curso há três subdivisões: níveis pré-intermediário, intermediário e avançado. Cada um desses níveis representa um nível do MEO (níveis 3, 4 e 5; respectivamente), que é por onde os alunos são nivelados para as matrículas nos cursos. O material didático escolhido foi a coleção *Global*, da editora Macmillan (2011), sendo os livros *intermediate*, *upper intermediate* e *advanced* utilizados nos três níveis do curso. A avaliação desse curso é feita através de um exame similar ao TOEFL IBT ou IELTS. Cada nível do curso tem 64 horas.

6.3.2 Linha 2

A linha dois possui três cursos com um enfoque específico de desenvolvimento das habilidades necessárias para obter aprovação nos exames de proficiência abaixo citados.

Curso 2 – a) Inglês para fins específicos – IELTS (a partir do nível B2)

Esse curso destina-se aos alunos que pretendem realizar o exame de proficiência IELTS. Todas as aulas são dirigidas ao exame e ao desenvolvimento das habilidades necessárias para a aprovação no mesmo. O curso desenvolve-se ao longo de 48 horas e o material usado é o *Focus on IELTS*, da editora Pearson (2010). A avaliação desse curso é realizada através de um exame similar ao IELTS.

b) Inglês para fins específicos – TOEFL extensivo (a partir do nível B2)

Esse curso destina-se, prioritariamente, aos alunos que pretendem realizar o exame de proficiência TOEFL-IBT. Todas as aulas são dirigidas ao exame e ao desenvolvimento das habilidades necessárias para a aprovação no mesmo. O curso desenvolve-se ao longo de 48 horas e o material usado é o *Direct to TOEFL IBT*, da editora Macmillan (2011). A avaliação desse curso é realizada através de um exame similar ao TOEFL IBT.

b) Inglês para fins específicos – TOEFL intensivo (níveis B1 a C1)

Esse curso destina-se, prioritariamente, aos alunos que pretendem realizar o exame de proficiência TOEFL-ITP. Todas as aulas são dirigidas ao exame e ao desenvolvimento das habilidades necessárias para a aprovação no mesmo. O curso desenvolve-se ao longo de 48 horas e o material usado é uma apostila própria do curso, elaborada pelos professores do NuLi da UFRGS. A avaliação desse curso é realizada através de um exame similar ao TOEFL ITP.

6.3.3 Linha 3

A linha dois possui dois cursos focados em atividades que priorizem práticas letradas necessárias a frequentar uma universidade no exterior. Ambos os cursos são muito importantes pois desenvolvem-se a partir de uma grande variedade de gêneros e contextos específicos de linguagem acadêmica.

Curso 3 – a) Inglês instrumental para fins acadêmicos – Leitura e Escrita (a partir de B1)

Esse curso divide-se em dois níveis e destina-se aos alunos que pretendem realizar intercâmbio acadêmico em universidades que utilizam a língua inglesa em disciplinas e outros contextos acadêmicos. O foco principal de ensino é a Leitura e Escrita de gêneros acadêmicos (tal como o artigo científico). Ambos os níveis tem 32 horas e o material usado é o *Skills for Success 4: Reading and Writing*, da editora Oxford (2011). A avaliação desse curso é realizada através do portfólio de produções textuais, bem como prova final de leitura e escrita.

b) Produção oral e cultura (a partir de B1)

Esse curso divide-se em dois níveis e destina-se aos alunos que pretendem desenvolver, prioritariamente, as habilidades de produção oral. O foco principal de ensino é a discussão cultural sobre países de fala inglesa a partir de textos orais autênticos. Os dois níveis tem 32 horas de duração e o material usado é o *Skillful: listening & speaking*, da editora Macmillan (2013). A avaliação desse curso é realizada através do portfólio de produções textuais, bem como prova final de leitura e escrita. A avaliação desse curso se dá através de duas provas – uma no meio e outra no final do curso.

A seguir um quadro⁹ que resume os principais aspectos dos cursos citados acima:

⁹ Este quadro foi retirada do projeto oficial da UFRGS enviado ao MEC como proposta de criação do NuLi da UFRGS.

Curso 1: Inglês geral com enfoque comunicativo	
Ementa: Desenvolvimento das quatro habilidades requeridas pelo TOEFL IBT e pelo IELTS (leitura, compreensão oral, escrita e fala), com privilégio para produção oral e escrita, bem como foco na expansão do léxico e do repertório de recursos linguísticos.	Carga Horária Total: 64 Tempo estimado de curso: 16 semanas
	Distribuição de horas por semana: 2 encontros semanais
Níveis de proficiência para participar do curso (<i>Dentro da escala do Common European Framework</i>) (Indicar para quais níveis este curso poderá ser ofertado, podendo haver diferentes turmas com nível diferente para cada uma delas a depender da demanda)	Turmas separadas por nível: B1 e B2.
Curso 2: Preparatório para o Toefl IBT	
Curso preparatório para o Toefl (incluindo as quatro habilidades) em nível intermediário superior.	Carga Horária Total: 48 Tempo estimado de curso: 16 semanas
	Distribuição de horas por semana: 2 encontros semanais
Níveis de proficiência para participar do curso (<i>Dentro da escala do Common European Framework</i>) (Indicar para quais níveis este curso poderá ser ofertado, podendo haver diferentes turmas com nível diferente para cada uma delas a depender da demanda)	Turmas de alunos a partir do nível B2, sem distinção de nível.
Curso 3: Inglês para fins específicos – IELTS	
Curso preparatório para o IELTS (incluindo as quatro habilidades) em nível intermediário superior.	Carga Horária Total: 48 horas Tempo estimado de curso: 16 semanas
	Distribuição de horas por semana: 2 encontros semanais
Níveis de proficiência para participar do curso (<i>Dentro da escala do Common European Framework</i>) (Indicar para quais níveis este curso poderá ser ofertado, podendo haver diferentes turmas com nível diferente para cada uma delas a depender da demanda)	Turmas de alunos a partir do nível B2, sem distinção de nível.
Curso 4: Inglês para fins específicos – TOEFL ITP	
Curso de língua focado nos usos demandados pelo TOEFL ITP: (1) escuta, (2) leitura e (3) escrita e uso da linguagem.	Carga Horária Total: 16 horas Tempo estimado de curso: 4 semanas
	Distribuição de horas por semana: dois encontros semanais
Níveis de proficiência para participar do curso (<i>Dentro da escala do Common European Framework</i>) (Indicar para quais níveis este curso poderá ser ofertado, podendo haver diferentes turmas com nível diferente para cada uma delas a depender da demanda)	Turmas de alunos a partir do nível B2, sem distinção de nível.
Curso 5: Inglês Instrumental para fins acadêmicos – Leitura e escrita	
Curso focado em na leitura, estudo e produção de textos de variados gêneros acadêmicos, com foco a ampliar o repertório de práticas sociais acadêmicas letradas com que os alunos, uma vez viajando pelo CsF, podem encontrar nas universidades hospedeiras.	Carga Horária Total: 32 horas Tempo estimado de curso: 8 semanas
	Distribuição de horas por semana: dois encontros semanais

<p>Níveis de proficiência para participar do curso (<i>Dentro da escala do Common European Framework</i>) (Indicar para quais níveis este curso poderá ser ofertado, podendo haver diferentes turmas com nível diferente para cada uma delas a depender da demanda)</p>	<p>Turmas de alunos a partir do nível B1, sem distinção de nível.</p>
---	---

Quadro 8 – Cursos IsF UFRGS

6.4 As atividades de acompanhamento

Os alunos da UFRGS matriculados no MEO terão dois tipos de atividades de acompanhamento. A primeira é presencial e cada professor do NuLi oferecerá três horas semanais de atendimento, basicamente o aluno deve marcar um horário e comparecer no local designado. Esse acompanhamento presencial visa, principalmente, suplementar as atividades do MEO, bem como desenvolver atividades de produção oral.

A segunda modalidade de acompanhamento é online via Moodle. Ali serão utilizadas atividades síncronas e assíncronas para orientar os estudantes em relação a atividades do MEO. O foco principal são atividades de desenvolvimento de habilidades de produção de escrita.

6.5 Os professores do NuLi UFRGS

A fim de perceber de forma mais clara o processo de implementação do IsF na UFRGS, realizei uma entrevista com duas professoras do programa. A entrevista foi realizada no mesmo momento, de certa maneira foi uma conversa sobre algumas questões do programa. A seguir realizo um apanhado geral dos principais pontos da entrevista:

Sobre as entrevistadas:

PROF. JULIANA

22 anos

8º semestre

Licenciatura dupla (inglês/português)

Proficiência: novembro 2012

Teste: IELTS

Resultado: 7

Curso que ministrará: Inglês para fins específicos – IELTS

PROF. CLARISSA

21 anos

8º semestre

Licenciatura dupla (inglês/português)

Proficiência: junho 2013

Teste: IELTS

Resultado: 7.5

Curso que ministrará: Inglês para fins específicos – IELTS

1) Como vocês entraram para a equipe do IsF?

Tínhamos a proficiência necessária e completávamos todas as exigências requeridas para ingressar no programa. Além disso, sabíamos que o programa iria surgir e nossas orientadoras são coordenadoras.

2) Quais atividades vocês realizaram até agora (de setembro até dezembro)?

- Criação e manutenção da página do Facebook – postagens iniciais (pré-estabelecidos pelo governo) e posteriormente, postamos conteúdo próprio. Respondemos dúvidas gerais do programa através da página, bem como dúvidas sobre os testes de proficiência e o CsF. Todos os eventos do programa realizados até o momento foram divulgados através da página. Contatamos outras páginas da UFRGS (de outros cursos de graduação (tal como a página da COMGRAD Química, Zootecnia, etc.) e páginas oficiais da UFRGS (RELINTER, UFRGS Notícias, etc.) a fim de divulgar melhor o programa.

- Preparamos e participamos (não ministramos) de uma palestra informativa sobre o IsF.
- Preparamos e ministramos duas palestras sobre o teste de proficiência IELTS, ambas no Campus do Vale.
- Realizamos as horas de atendimento referente ao MEO, porém o enfoque foi o IELTS, pois os alunos que pediram o atendimento realizariam o teste em breve.
- Realizamos uma prova de certificação para poder aplicar o TOEFL ITP.
- Aplicamos o TOEFL ITP três vezes.
- Participamos de todas as reuniões do grande grupo nas sextas-feiras.

3) Como se sentem pelas aulas ainda não terem começado¹⁰?

Nos sentimos desconfortáveis com o não início das aulas pois os horários das aulas foram determinados neste semestre, ou seja, quando as aulas começarem a nossa grade de horários mudará. Além disso, não temos certeza de como será o início e andamento das aulas em função dessa troca de horários, ou seja, nossos horários podem ser modificados (tanto das nossas aulas da graduação, quanto os horários do IsF) e as salas podem não estar mais disponíveis.

Outro fator que parece prejudicar o programa é a data de início das aulas (13 de janeiro), pois grande parte dos alunos estarão de férias e alguns cursos do IsF se estendem vários meses, ultrapassando o fim de fevereiro, momento quando as aulas da graduação recomeçam. Além disso, a matrícula da graduação será realizada apenas a partir do dia cinco de fevereiro.

4) Sobre as reuniões do grande grupo, quais as principais atividades realizadas?

Qual a colaboração delas para o programa?

As maioria das reuniões, em geral, tratam do gerenciamento burocrático do programa, tal como combinações sobre palestras, organização da secretaria do programa, organização dos horários dos professores e distribuição de material didático. As duas últimas reuniões abordaram, além dos assuntos burocráticos, dois capítulos de um livro sobre ensino de inglês como língua adicional.

¹⁰ Conforme o calendário oficial do IsF, as aulas iniciarão no dia 20 de janeiro de 2013.

Acreditamos que as reuniões deveriam ser mais focadas na formação dos professores do que na administração do programa, visto que existem bolsistas/secretários designados para tais funções.

5) Em geral, pensando no IsF como programa, o que vocês pensam sobre o desenvolvimento até esse momento?

Acreditamos que até o momento o programa nos proporcionou conhecimento sobre políticas públicas e sobre “como construir um curso de Inglês”. Em relação às políticas, percebemos que nem sempre o que está planejado acontece como deveria, os prazos se modificam, há mudança de turmas, horários, professores, etc. Acerca da construção de um curso de inglês, é fácil perceber que o projeto inicial foi bastante modificado e as necessidades burocráticas são muito maiores do que nós percebíamos, por exemplo, a sistemática de distribuição de turma para os professores foi muito complexa e não havia pessoal preparado para realizar tal tarefa, se houvesse isso seria feito de uma forma mais prática.

As professoras entrevistadas são atores da política, a interpretam e a recriam. A política, nesse contexto de prática, produziu efeitos e consequências que geraram mudança e transformação na política original. As professoras perceberam que a política está se adequando ao contexto onde está inserida, ou seja, percebem que haverá mudanças em prazos, horários, e várias outras questões burocráticas.

O IsF, ao longo de sua implementação, está sofrendo diversas mudanças que são provocadas por diversos fatores em todo o país. Houve um período de adequação dos cursos aos propósitos do programa, isso atrasou consideravelmente o início das aulas, assim como descrito na entrevista. Além desse problema, há outros presentes, como o que as professoras mencionaram (início das aulas em uma época não muito boa, falta de pessoal especializado em cuidar de questões burocráticas, etc.).

Como um todo, percebe-se, através da entrevista, que muitas atividades já foram desenvolvidas no IsF. As bolsistas desenvolveram diversas atividades relacionadas ao programa como planejamento das aulas, divulgação online do programa, realizaram atendimentos, entre outros. Além disso, infere-se que as bolsistas, ao longo do desenvolvimento do IsF, foram compreendendo o programa de forma mais global, a partir de suas atividades desenvolvidas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa IsF irá trazer consideráveis efeitos ao Brasil. Muitas políticas públicas de nível superior contribuíram e vão continuar contribuindo de alguma maneira para o programa. Como já mencionado anteriormente no capítulo cinco, as políticas públicas se entrelaçam e formam um vínculo que traz diversos benefícios ao desenvolvimento do país. A expansão das universidades federais, que se deu através de diversas iniciativas e programas, traz consigo o aumento do número de profissionais e, cada vez mais, a qualificação desses aumenta.

O programa CsF abarca não apenas intercâmbios acadêmicos, mas traz consigo a oportunidade de mostrar a todos que realizam o programa que o “mundo lá fora” funciona de maneiras diferentes e não há uma maneira melhor ou pior, apenas diferentes. Esse tipo de programa pode mudar completamente a Ciência brasileira. Os horizontes tornam-se mais amplos e os profissionais os ampliam a cada estudo que realizam em outros lugares. Para esse processo acontecer em um solo ainda mais fértil, foi necessário criar mais um programa, o IsF.

O desenvolvimento da língua inglesa no país se faz necessário para a ampliação de sua ciência¹¹. Desde o início da internacionalização das universidades brasileiras, que está se dando em larga escala com o programa CsF, a comunidade acadêmica tem se mobilizado bastante, principalmente com relação aos novos horizontes que podem ser alcançados e, também, às exigências para poder realizar um intercâmbio. O IsF irá aumentar o nível de proficiência linguística dos estudantes através de diversas ações que já estão acontecendo. A principal delas provavelmente são os cursos presenciais que irão iniciar no próximo dia 20 de janeiro. Com o ensino adequado, os interessados em desenvolver as habilidades nessa língua serão beneficiados, pois as suas chances de passar em uma prova de proficiência, por exemplo, aumentarão significativamente.

Perante a abordagem do ciclo de políticas públicas o IsF tem um contexto de prática abrangente. Parte dele que tive a oportunidade de descrever neste TCC. O trabalho que a UFRGS vem desenvolvendo através do programa vem movimentando o Instituto de Letras da UFRGS, principalmente o departamento de Língua Inglesa. A política pública vem se desenvolvendo conforme ao contexto onde está inserido. Foi um desafio muito grande escrever esse trabalho; uma pequena parte de algo que está

¹¹ Majoritariamente, a principal língua acadêmica é o inglês.

tomando proporções gigantescas. Descrever a implementação do IsF na UFRGS tornou-se um desafio pois a política muda quase que constantemente, como já prevê a abordagem do ciclo de políticas públicas. Porém, esse documento satisfatoriamente contribui para a teoria que utiliza ao passo que a confirma a interligação de uma política a outra, mostra que o contexto de prática de uma política muda constantemente e, principalmente, visualiza o IsF em um dos muitos prismas que a política produz, o contexto específico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, Londres, v. 24, n. 2, 1992.

BALL, S.J.; Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. *Currículo sem Fronteiras*, v.6, n.2, 2006.

BALL, S.J. *Educational reform: a critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994a.

BALL, S.J. What is policy? Texts, trajectories and toolboxes. *Discourse*, London, v. 13, n. 2, 1993a.

BOHLKE, D.; Lockwood, R. B. *Skillful: Listening & Speaking 2*. Editora Macmillan. 2013.

BOYLE, M.; Kisslinger, E. *Skillful: Listening & Speaking- 3*. Editora Macmillan. 2013.

CAPLAN, N.A.; Douglas, S. R. *Skills for Success 5: Reading and Writing*. 2011. Editora Oxford. Murphy, Raimond, *English Grammar in Use*. Cambridge University Press. 2009.

CLANDFIELD, L.; BENNE, R. R. *GLOBAL Intermediate Coursebook*. Editora Macmillan. 2011.

CLANDFIELD, L.; BENNE, R. R. *GLOBAL Upper-Intermediate Coursebook*. Editora Macmillan. 2011.

CLANDFIELD, L.; JEFFRIES. *GLOBAL Advanced Coursebook*. Editora Macmillan. 2011.

CONSELHO DA EUROPA. Quadro europeu comum de referência para as línguas – Aprendizagem, ensino, avaliação. Porto: ASA Editora. 2001.

DAISE, D.; Norloff, C.; Carne, P. Skills for Success 4: Reading and Writing. Editora Oxford. 2011.

LOUGHEED, L. Direct to Toefl IBT. Editora Macmillan. 2011.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma contribuição para a análise de Políticas Educacionais. Educ. Soc., Campinas, v. 27, n. 94. 2006.

MEC. Disponível em:

<www.cienciasemfronteiras.gov.br> - acesso 09/09/2013

MEC. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&ativo=503&Itemid=502> – acesso em 09/09/2013.

MEC. Disponível em:

<http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81> - acesso em 09/09/2013.

MEC. Disponível em:

<http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81> - acesso em 09/09/2013.

MEC. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=205&ativo=299&Itemid=298> - acesso em 09/09/2013

MEC. Disponível em:

<http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140> - acesso em 09/09/2013

MEC. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12223&ativo=481&Itemid=480> - acesso em 09/09/2013.

MEC. Disponível em:

< <http://isf.mec.gov.br/leiamais.html>> - acesso em 09/09/2013.

MEC. Programa de Educação Tutorial – PET Manual de Orientações Básicas. 2006.

O'CONNEL, S., Focus on IELTS, New Edition. Editora Pearson. 2010.

UFRGS, 2013. Formulário de Proposta de NuLi/Universidade Federal do Rio Grande do Sul para o Programa Inglês sem Fronteiras: Núcleo de Línguas. Não Publicado.